

Amazônia — na procura da verdade

Hugo Werneck

A questão da floresta amazônica vem ocupando espaço nos meios de comunicação. Tornou-se polêmica em vista de sua importância e da diversidade de argumentos — muitas vezes contraditórios — usados pelas autoridades civis e militares que decidem neste país. Crescem as proporções da divergência pela posição de parte considerável de movimentos ecológicos não governamentais que, por isso, recebem acusações pouco claras e que não suscitam respostas.

Os movimentos ambientalistas — hoje em número avultado espalhados pelo território brasileiro — são formados por pessoas das mais variadas ocupações, diferentes feitios e concepções filosóficas, unidos por um ponto de crucial importância: a sensibilidade diante da natureza, o que vale dizer, o compromisso com a preservação das condições que asseguram a vida neste planeta. Pessoas que lutam contínua e desinteressadamente para formar e consolidar uma consciência coletiva acerca de mudança da postura do homem diante do ambiente em que e de que vivemos todos.

Sem procuração para falar em nome da toda a comunidade ambientalista do Brasil, estamos seguros de que manifestamos o pensamento da grande maioria, porque vivemos em comunidade em torno dos problemas que atingem a sociedade brasileira via meio ambiente. Foram os chamados "ecologistas" que primeiro protestaram contra o Projeto Jari, que denunciaram o incêndio provocado pela Volkswagen. São eles que vêm, através dos tempos, mostrando às autoridades a crescente e acelerada destruição de nossos recursos naturais e aumento de espécies ameaçadas de extinção. Eles foram os que primeiro apontaram os dois grandes responsáveis pelas mais significativas formas de desagregação dos ecossistemas deste país — o poder político e o poder econômico —, quase sempre não levados a sério. Talvez por isto, agora todos assistimos a manifestação de vozes semelhantes provindas de fora de nossas fronteiras.

É profundamente constrangedor admitir que governo e forças econômicas — em seu sentido menos generoso — não tenham, ainda, entendido a dimensão maior do assunto. Que se recusem a acatar a idéia de conservar os recursos naturais como parte integrante de uma economia lúcida, inteligente e complementar da economia. É que a compatibilização entre o uso e a conservação valem como triplíce e simultânea atitude de inteligência, justiça e compromisso com as gerações futuras.

Por não ter forças para resistir às pressões de grupos econômicos, o governo acaba por ceder aos interesses dos que não se acanham em fazer chantagem com afirmativas revestidas de generosidade. Assim tem sido com o fabrico de carvão vegetal. Causa principal da extinção da cobertura arbórea do Centro-Sul do Brasil. Assim também o procedimento dos empresários do pescado que se recusam a obedecer à proibição da pesca durante o período de reprodução dos peixes, a piracema.

O discurso das autoridades traduz sua mentalidade predatória: a melancólica participação de nossa delegação à conferência do meio ambiente — Estocolmo, 1972 — tornou o Brasil alvo de críticas ácidas quando seu chefe — por conta própria — afirmou quando estava em discussão o problema das florestas tropicais: "O Brasil pagará de bom grado, em termos de poluição, o preço de seu desenvolvimento". Muito coerentemente, apesar dos 17 anos decorridos, o recente pronunciamento do ministro Abreu Sodré, ao recusar oferta de recursos financeiros destinados à Amazônia, ainda que a fundo perdido: "O Brasil se recusa a ser a reserva ecológica do mundo, o que é mais importante para ele é o seu desenvolvimento." E, todos os anos, este governo festeja o Dia Mundial do Meio Ambiente. Posições semelhantes e equivalentes de uma mesma e elementar incompreensão de que ecologia, por sua índole universal, não se submete a fronteiras físicas, sem que isto signifique violação de soberania.

A situação ambiental da Amazônia, pelas circunstâncias de que se reveste, deixou de ser poluição para situar-se claramente no terreno do escândalo. Superou o plano nacional para fazer-se supranacional. O transbordamento gerou a reação internacional a que as autoridades tentam responder com frases de efeito, cortina de fumaça e encobrir a verdade que não podem admitir. Tempos atrás, um funcionário de alto escalão no Banco da Amazônia, hoje aposentado, disse que "quem quiser conhecer as verdadeiras causas da situação da floresta amazônica é só penetrar nos mecanismos da Sudam e do Banco da Amazônia".

O governo deste país sabe que os incentivos fiscais financiam a degradação ambiental daquela região porque são utilizados sem qualquer preocupação com as leis em vigor. Sabe que concedeu ao sr. Ludwig aval e isenção de impostos, no Projeto Jari. Não ignora que deu, em 1974, 116 milhões de cruzados à Volkswagen que, em retribuição, incendiou grande parte dos 140 mil hectares que lhe foram confiados. Não se esquece de que deu ao grupo italiano Liquefarm 257 milhões de cruzados para utilização em 650 mil

hectares de terra. E a grupos japoneses como a grupos nacionais incontáveis. Então, as declarações espetaculares de agora, de que as multinacionais devem ser afastadas, são meras manifestações pouco ou nada sinceras com que se pretende enganar o povo. Talvez orquestradas pelo empresariado nacional que opera naquela área, este, sim, o grande beneficiário de uma política pouco publicável. O grupo desconhecido que se identifica arrogantemente "empresariado da Amazônia" — quase totalidade do Sul e Centro-Sul — é, sem dúvida, o maior privilegiado dos "incentivos", de que se valem ainda hoje, sem qualquer respeito a fatores sociais, entre eles o ambiental.

Nossa experiência com este grupo não foi lisonjeira: em 1982, fins de setembro, foram convocados ao IBDF três conservacionistas leigos para complementar a ação do órgão na resistência à pressão do grupo Codeara, que insistia obstinadamente em atravessar o Parque Nacional do Araguaia com rodovia destinada a seu serviço particular. Ali compareceram, também, o presidente da Funai, Cel. Paulo Leal e o representante dos empresários, sr. Carlos Alves de Seixas. De tudo o que se passou durante o dia de discussão, destacam-se duas afirmativas deste sr. Seixas. A primeira, quando lhe foi posta a questão da ilegalidade de sua pretensão, ele respondeu alto e bom som: "Não me venham com leis porque nelas a gente dá um jeito." E, já no final da tarde, ele perguntou: "Afinal, os senhores dão ou não o consentimento para a construção da estrada?" Diante da posição que não era nossa mas da lei, do bom senso e da própria ecologia, o dr. Seixas replicou sonoramente para ser bem ouvido: "Se este foro não me concede o que desejo, vou consegui-lo em outro, mais alto." Dias depois, publicada no Diário Oficial da União, uma exposição de motivos, assinada por João Figueiredo, Danilo Venturini, Mário Andrezza e Amaury Stabile, autorizava a construção da estrada, "para a efetiva implantação do Parque do Araguaia e do Parque Indígena do Araguaia..." Em plano secundário, a permissão de trânsito para atender as necessidades da região. As verbas, 928 milhões de cruzeiros, foram liberadas a 20-12-1982. A estrada não foi construída e da verba — dinheiro novo, do povo — não se tem notícia.

Aí está a lei do Gerson, o perverso tráfico de influência presente na Amazônia. Se é perigoso generalizar, também é ingênuo imaginar que o fato citado seja caso isolado, excepcional. É esta influência perniciosa que, por trás dos bastidores, inspira o desvio deliberado na condução das discussões. Ele é que não deseja que a situação da Amazônia seja desvendada a estrangeiros. Como, também, a brasileiros que possam fazer críticas a seu comportamento. E conhecer a

cumplicidade do governo. Porque ele é co-autor da devastação através do Inbra, que exige dos postulantes a glebas, em Rondônia, providenciar o preparo da "infra-estrutura". O que, na prática, é a queima da vegetação derrubada pelos processos mais rudimentares. O governo contribui decisivamente na destruição da Amazônia, na ação da Sudepe, que, com raro simplismo, identifica "desenvolvimento" da pesca com o estímulo quantitativo da atividade pesqueira, sem qualquer consideração com exigências de ordem biológica. Também na construção de barragens para geração de energia hidrelétrica vai uma robusta contribuição ao desequilíbrio ecológico da Amazônia na medida em que as áreas inundadas não guardam proporção com a potência máxima obtida: Balbina submergirá 2 mil 400 km² para produzir 250 MW, exemplo que confirma o argumento.

Quinze anos atrás, os conservacionistas eram tidos como românticos e suas teses não eram levadas a sério. Perderam a maioria das lutas em que se empenharam, menos uma: o crescimento da consciência coletiva sobre a importância de um novo posicionamento do homem em seu relacionamento com a natureza. Agora, a questão não comporta embustes e imposturas. A Amazônia é muito mais importante que os interesses de grupos comprometidos apenas com o lucro imediato, custo social não levado em consideração. Quando, em setembro passado, tornou-se conhecido o vulto dos incêndios na Amazônia, as autoridades federais foram forçadas a tomar providências; elevaram a questão ambiental à categoria de "pacote", que seria dado a público em poucos dias. Os jornais falavam em providências junto à Sudam. A 11 de outubro *O Liberal* fez menção ao problema. O mesmo jornal publicou, na edição de 18 seguinte, que um incêndio nos arquivos da Sudam destruiu toda a memória do órgão. Queima de arquivo, em sua mais sinistra concepção. As declarações de efeito, a demagogia ambiental e os dividendos eleitorais, frutos dos desastres ecológicos, precisam dar lugar à seriedade, à busca das causas. O que se deseja é, tão-somente, o cumprimento da lei. Que o governo adote posição clara e enérgica contra toda forma de colonialismo, venha de onde vier: Para isto, mais que vontade política, coragem política, para denunciar e punir os que até aqui vivem sob o manto da impunidade, coragem para promover a extinção dos privilégios — o que mais correu a esperança dos brasileiros.

Pois, em algum ponto da eternidade, Charles de Gaulle prosseguiu esperando por algo que desminta sua afirmativa que atravessa nossa garganta.

Hugo Werneck é membro do Centro para a Conservação da Natureza em Minas Gerais